



# Diário Oficial

Seção 2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano XLI Nº 34-E Brasília - DF, quinta-feira, 17 de fevereiro de 2000 R\$ 0,53

NAO PODE SERVIR/ENDO  
SEPARADAMENTE

## Sumário

### DESPACHOS DO MINISTRO

Em 16 de fevereiro de 2000

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País aos Agentes de Polícia Federal ANDRÉ RUZZI, MARCIO LUIZ REBELLO, WESLEY OLIVEIRA e PAULO RICARDO XAVIER, lotados na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Paraná, para procederem os trâmites migratórios dos passageiros e tripulantes a bordo dos navios "Seabourn Legend" e "Seabourn Pride", que partirão, respectivamente, de Punta Del Este, Uruguai, embarcados os dois primeiros agentes, e de Buenos Aires, Argentina, os dois últimos, todos com destino a Paranaguá, Paraná, no período de 23 a 27 de fevereiro de 2000, incluindo o trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08205.000853/00-11).

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País ao servidor JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico - SDE, para participar de "Reunião do Comitê Técnico Nº 7 - Defesa do Consumidor - MERCOSUL", na cidade de Buenos Aires, Argentina, no período de 28 de fevereiro a 3 de março de 2000, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08012.001232/00-02).

JOSÉ CARLOS DIAS

(Of. El. nº 23/2000)

## CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2000

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso de suas atribuições legais e com base no previsto no art. 2º, da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, alterada pela Lei nº 5.763, de 15 de dezembro de 1971, e ad referendum do colegiado, resolve:

Nomear LUIZ ROBERTO BARROSO e FLÁVIA CRISTINA PIOVESAN, como membros titular e suplente, respectivamente, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, com mandato de 2 (dois) anos, nas vagas destinadas aos Professores de Direito Constitucional.

JOSÉ CARLOS DIAS

(Of. El. nº 45/2000)

## Ministério da Defesa

### COMANDO DO EXÉRCITO

#### Departamento-Geral do Pessoal

PORTARIAS SI-DGP/DIP DE 15 DE FEVEREIRO DE 2000

O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial nº 149, de 12 de março de 1999, combinada com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e de acordo com o Parágrafo único, do art. 107 e inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, resolve:

Nº 38 - CONCEDER ao Capitão Reformado (032448350-2) EWALDO JOSÉ DE ALMEIDA, a partir de 18 de agosto de 1999, os benefícios previstos no § 1º do art. 110 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, observado o art. 69 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército, inválido, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem e hospitalização.

Nº 39 - CONCEDER ao Coronel Reformado (1G-175.639) ARTHUR GREENHALGH, a partir de 7 de julho de 1999, os benefícios previstos no § 1º do art. 110 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980,

observado o art. 69 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército, inválido, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem e hospitalização.

Nº 42 - CONCEDER ao Major Reformado (012186830-1) MANOEL LOPES RUBIM FILHO, a partir de 16 de outubro de 1996, o benefício previsto no § 1º do art. 110 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército, inválido.

Nº 43 - CONCEDER ao Tenente-Coronel Reformado (1G-163.824) GERALDO MACELLA PIRES DE MELLO, a partir de 6 de outubro de 1999, os benefícios previstos no § 1º do art. 110 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, observado o art. 69 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército, inválido, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem e hospitalização.

Nº 45 - CONCEDER ao 1º Tenente Reformado (090544830-4) ANTONIO MARQUES, a partir de 26 de abril de 1999, os benefícios previstos no § 1º do art. 110 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, observado o art. 69 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército, inválido, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem e hospitalização.

Nº 46 - CONCEDER ao Coronel Reformado (017882240-9) JORGE KAMENEFF DE BIVAR, a partir de 9 de dezembro de 1999, os benefícios previstos no § 1º do art. 110 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, observado o art. 69 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército, inválido, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem e hospitalização.

Nº 48 - CONCEDER ao Capitão Reformado (030708510-0) PERY ALVES DE OLIVEIRA, a partir de 05 de julho de 1999, os benefícios previstos no § 1º do art. 110 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, observado o art. 69 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do Exército, inválido, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem e hospitalização.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial nº 149, de 12 de março de 1999, combinada com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e de acordo com a alínea b) do inciso I do art. 106 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, resolve:

Nº 40 - REFORMAR, por haver atingido a idade-limite de permanência na Reserva Remunerada do Exército, em 6 de outubro de 1983, o Coronel (1G-175.639) ARTHUR GREENHALGH, vinculado à 1ª Região Militar.

Nº 47 - REFORMAR, por haver atingido a idade-limite de permanência na Reserva Remunerada do Exército, em 31 de maio de 1999, o Coronel (017882240-9) JORGE KAMENEFF DE BIVAR, vinculado à 1ª Região Militar.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial nº 149, de 12 de março de 1999, combinada com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e de acordo com o inciso II do art. 106, inciso V do art. 108 e § 1º do art. 110 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, alterado pelo art. 1º da Lei nº 7.580, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 41 - REFORMAR o Capitão da Reserva Remunerada (019628940-9) JORGE THOMAZ GONÇALVES, a partir de 26 de maio de 1999, com a remuneração a que faz jus, observado o art. 69 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço ativo do Exército, inválido, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem e hospitalização.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial nº 149, de 12 de março de 1999, combinada com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, resolve:

Nº 44 - Tornar INSUBSISTENTE a Reforma do General-de-Brigada (013968240-5) ARY VAZ DE MELLO DA FONSECA, constante da Portaria nº 555-S/I-DGP-DIP de 30 de julho de 1999, publicada no Diário Oficial da União nº 149, de 5 de agosto de 1999, tendo em

	PÁGINA
Ministério da Justiça .....	1
Ministério da Defesa .....	1
Ministério da Fazenda .....	3
Ministério dos Transportes .....	13
Ministério da Educação .....	14
Ministério do Trabalho e Emprego .....	14
Ministério da Previdência e Assistência Social .....	14
Ministério da Saúde .....	23
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio .....	
Exterior .....	24
Ministério de Minas e Energia .....	24
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão .....	25
Ministério das Comunicações .....	25
Ministério da Ciência e Tecnologia .....	25
Ministério da Integração Nacional .....	25
Ministério Público da União .....	25
Tribunal de Contas da União .....	25
Poder Judiciário .....	25

## Ministério da Justiça

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 16 DE FEVEREIRO DE 2000

O Ministro de Estado da Justiça, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 107 - Art. 1º Revogar a Portaria nº 73, de 3 de fevereiro de 2000, publicada no Diário Oficial da União em 4 de fevereiro de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O Ministro de Estado da Justiça, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 63 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e de acordo com o artigo 2º do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 828, de 11 de dezembro de 1998, resolve:

Nº 108 - Designar JOÃO BENEDICTO DE AZEVEDO MARQUES para, na qualidade de membro suplente, integrar o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com mandato de dois anos.

Nº 109 - Reconduzir VETUVAL MARTINS VASCONCELOS ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, na qualidade de membro titular, com mandato de dois anos.

Nº 110 - Designar ANA SOFIA SCHMIDT DE OLIVEIRA para, na qualidade de membro suplente, integrar o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com mandato de dois anos.

Nº 111 - Designar MAURÍCIO KUEHNE para, na qualidade de membro titular, integrar o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com mandato de dois anos.

JOSÉ CARLOS DIAS

(Of. El. nº 45/2000)